

Alexej Predtechensky, que dirigiu o Instituto de Seguridade Social dos Correios entre 2006 e 2012, foi ouvido como testemunha nesta quinta-feira pela CPI dos Fundos de Pensão

Ex-presidente do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalis), Alexej Predtechensky acusou a Previc, órgão regulador do setor de previdência complementar, de perseguição e negou que fundos de pensão públicos tenham feito investimentos orquestrados. Ele falou à CPI dos Fundos de Pensão nesta quinta-feira (10) na condição de testemunha, pois só foi condenado – por irregularidades em aplicações financeiras, entre outros motivos – na esfera administrativa.

Predtechensky informou aos deputados que em 2012, último ano de sua gestão à frente do Postalis, das 15 autuações feitas pela Previc, em um universo de mais de 300 fundos de pensão, 14 se dirigiram contra ele. "O período que foi fiscalizado sempre foi da minha gestão para trás. A Previc não averiguou nada de 2013, 2014 e 2015, a partir da minha saída", contestou.

Predtechensky responsabilizou o Banco BNY Mellon pelos prejuízos do Postalis durante a sua gestão, entre 2006 e 2012. "A gestão terceirizada, que é do BNY Mellon, tem a sua responsabilidade contratual clara por qualquer coisa dentro da carteira. O Postalis acionou o banco na Justiça e já teve duas vitórias na primeira e na segunda instâncias", comentou.

“Desastre”

O sub-relator de investimentos em renda fixa da CPI, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), classificou de “desastroso” o processo que levou o Postalis à crise atual - o deficit atuarial do fundo chega a R\$ 5,6 bilhões.

“O Postalis se transformou na maior materialização da Lei de Murphy que eu conheço. Desastroso o processo todo que leva hoje o maior fundo em número de participantes estar numa situação de pré-insolvência, tendo que fazer chamada, sacrificando nossos carteiros e funcionários dos Correios, que são os únicos que não devem pagar o pato”, criticou Pestana.

Quebra de sigilo

Alexej Predtechensky autorizou voluntariamente sua quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico, atendendo a pedidos da CPI dos Fundos de Pensão. O deputado Fernando Francischini (SD-PR), por exemplo, quer investigar transferências para uma conta do ex-presidente do Postalis nas Ilhas Britânicas. Segundo o parlamentar, esse pode ter sido o primeiro dinheiro desviado dos fundos de pensão para pagamento de propina.

Predtechensky entregou documentação à CPI para mostrar que a conta teria sido alvo de fraude. Ele alega ter tido a assinatura falsificada por Fabrizio Neves, gestor de investimentos que atuava no Postalis e que seria o verdadeiro responsável pela operação que causou prejuízo ao fundo de pensão.

Fonte: [Agência Câmara Notícias](#), em 10.09.2015.